

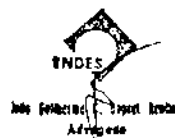
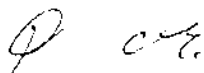
APÊNDICE I

"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

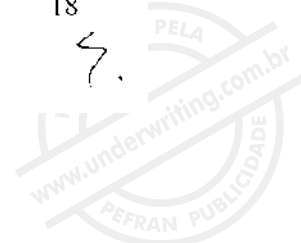
Pelo presente instrumento particular:

- (a) na qualidade de emissora das debêntures, **ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Salvador, BA, na Avenida Edgard Santos nº 300 - Bloco A4, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.397.080/0001-96, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "EMISSORA");
- (b) representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (doravante denominado "AGENTE FIDUCIÁRIO"); e
- (c) na qualidade de interveniente responsável pelo pagamento do Preço de Exercício do Direito de Venda (termos definidos na Cláusula 3.17., abaixo), **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida República do Chile nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social (doravante denominado "BNDES")

vêm, na melhor forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, da ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. (doravante simplesmente denominado "Escritura"), o qual se regerá pelas seguintes Cláusulas e condições:



18



CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é firmada com base nas deliberações tomadas na Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da EMISSORA, realizada em 16 de dezembro de 2002, e nas Reuniões do Conselho de Administração da EMISSORA, realizadas em 17 de dezembro de 2002 e 02 de setembro de 2003.

A Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA delegou ao Conselho de Administração a deliberação sobre a oportunidade de emissão e sobre as seguintes matérias: (i) época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures; (ii) época e condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver; (iii) o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures; e (iv) o cancelamento das debêntures mantidas em tesouraria.

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures (doravante denominadas "Debêntures") de que trata a presente Escritura será realizada com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Atas da Assembléia Geral Extraordinária e das Reuniões do Conselho de Administração da EMISSORA

Os atos societários da EMISSORA que deliberaram sobre a presente emissão (doravante denominada "Emissão") foram arquivados na Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") e publicados nas seguintes datas:

- (a) a ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2002, foi arquivada na JUCEB em 9 de janeiro de 2003, sob o nº 96417913, e publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal A Tarde em 23 de janeiro de 2003;
- (b) a ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 17 de dezembro de 2002, foi arquivada na JUCEB em 9 de janeiro de 2003, sob o nº 96417915, e publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal A Tarde em 23 de janeiro de 2003; e
- (c) a ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 02 de setembro de 2003, será arquivada na JUCEB, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e nos jornais A Tarde e Gazeta Mercantil – Edição



19

Nacional antes da concessão do registro mencionado na Cláusula 2.4 abaixo e remetida àquela Comissão de Valores Mobiliários.

2.2. Registro da Escritura

A presente Escritura será registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia antes da concessão do registro mencionado na Cláusula 2.4 abaixo.

2.3. Formalização e Registro dos Contratos Relativos às Garantias

O Contrato de Administração de Contas, na forma do Anexo I, o Contrato de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão, na forma do Anexo II, o Contrato de Compartilhamento de Garantias, na forma do Anexo III, todos celebrados em 18 de junho de 2003, aditados em [03] de setembro de 2003, nos termos do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Assunção de Obrigações em Decorrencia de Substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, na forma do Anexo IV, serão registrados em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

2.4. Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

A distribuição pública das Debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM (doravante denominada “CVM”).

2.5. Registro no Sistema Nacional de Debêntures (“SND”) e no Sistema de Negociação Bovespa Fix (“Bovespa Fix”)

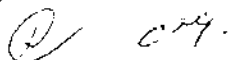
As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, antes da concessão do registro mencionado na Cláusula 2.4 acima, no (i) SND, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (doravante denominada “ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (doravante denominada “CETIP”) e na (ii) Bovespa Fix, administrada pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (doravante denominada “CBLC”). As Debêntures serão registradas para negociação no sistema primário no Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, antes da concessão do registro mencionado na Cláusula 2.4 acima.

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

Esta Escritura constitui a primeira emissão de debêntures da EMISSORA.

3.2. Data da Emissão



20



A data da emissão das Debêntures será 01 de janeiro de 2003 (doravante denominada "Data de Emissão").

3.3. Valor total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), em série única, na Data da Emissão.

3.4. Valor Nominal

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data da Emissão.

3.5. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures.

3.6. Número de Séries

A Emissão será em série única.

3.7. Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

3.8. Forma

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, sendo que a EMISSORA somente emitirá certificados de Debêntures mediante solicitação escrita dos debenturistas, os quais serão entregues até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da solicitação. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada tanto pelo certificado quanto pelo Livro de Registro de Debêntures Nominativas. Será também reconhecido como comprovante de titularidade, o "Relatório de Posição dos Ativos" expedido pelo SND acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido extrato de custódia em nome do debenturista.

3.9. Espécie

As Debêntures serão da espécie subordinada.

3.9.1. Obrigação Adicional



21

As Debêntures contarão com as garantias adicionais referidas na Cláusula V, abaixo.

3.10. Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do contrato de colocação a ser firmado com os bancos coordenadores, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, atendidos preferencialmente os clientes dos bancos coordenadores da Emissão que desejarem efetuar investimentos na Emissão, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos.

3.11. Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário antes da concessão do registro mencionado na Cláusula 2.4 acima, por meio do (i) SND; e (ii) Bovespa Fix.

3.12. Prazo e Data de Vencimento

O prazo das Debêntures será de 168 (cento e sessenta e oito) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de janeiro de 2017, data em que a EMISSORA obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda se encontrem em circulação, pelo valor nominal atualizado não amortizado, acrescido da remuneração então definida.

3.13. Subscrição

3.13.1. Prazo para Subscrição

As Debêntures serão subscritas pelo público investidor em uma única data, que será publicada no anúncio de início de distribuição ("Data de Subscrição") e dentro do prazo de distribuição pública autorizado pela CVM.

3.13.2. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas na Data de Subscrição pelo seu valor nominal. As Debêntures subscritas após a Data de Subscrição, em virtude do exercício de garantia firme de colocação, serão subscritas pelo seu valor nominal atualizado conforme as Cláusulas 3.15.1 e 3.15.2, acrescido da respectiva remuneração estabelecida na Cláusula 3.15.3 abaixo, calculados *pro rata temporis*, por dias corridos, desde a Data de Subscrição.

3.13.3. Integralização



22

PELA
www.d...
PEFRAN PUBLICIDADE

A integralização do preço de subscrição das Debêntures será feita à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. As Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário após integralizadas.

3.14. Amortização programada do principal

As Debêntures serão amortizadas anualmente, em parcelas definidas no quadro abaixo, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 01 de janeiro de 2006 e o último, em 01 de janeiro de 2017, por ocasião do vencimento das Debêntures, de acordo com o seguinte cronograma:

Data da amortização	Percentual de amortização anual sobre o valor nominal atualizado ou saldo do valor nominal atualizado, conforme o caso (taxa)
01.01.2006	4,19 %
01.01.2007	9,09 %
01.01.2008	10,00 %
01.01.2009	11,11 %
01.01.2010	12,50 %
01.01.2011	14,29 %
01.01.2012	16,67 %
01.01.2013	20,00 %
01.01.2014	25,00 %
01.01.2015	33,33 %
01.01.2016	50,00 %
01.01.2017	100,00 %

3.15. Atualização e Remuneração

As Debêntures farão jus à atualização do valor nominal e remuneração previstas nesta Cláusula.

3.15.1 Atualização do Valor Nominal

3.15.1.1. O valor nominal das Debêntures será atualizado pela variação do Índice Geral de Preços para o Mercado ("IGP-M"), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da Data de Subscrição, calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos.

E. C. T.



23

3.15.1.2. O valor nominal das Debêntures será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = valor nominal atualizado da Debênture calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = valor nominal da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dcp_1}{dct_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dcp_2}{dct_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dcp_n}{dct_n}} \right\}$$

onde:

NI₀ = valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI₁ = valor do número-índice do mês de início de atualização;

NI₂ = valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI_n = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização utilizado até a data de aniversário da Debênture. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização.

Considera-se como "mês de atualização" o compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas e data de aniversário como sendo o dia da data de vencimento da Debênture ou o dia informado como referência para utilização do índice;

B. C. M.



24

O PELA



NI_{n-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês "n";

dcp = número de dias corridos da última data-base, sendo esta a data de aniversário em cada mês, até a data de atualização, sendo "dcp" um número inteiro;

dct = número de dias corridos contidos entre a última e a próxima data-base, sendo "dct" um número inteiro;

Os fatores resultantes das expressões $\left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dcp_n}{dct_n}}$ e $\left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dcp_n}{dct_n}}$

são considerados com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

3.15.2. Observações quanto à atualização do valor nominal das Debêntures

3.15.2.1. Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizado o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias corridos, não cabendo porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos debenturistas.

3.15.2.2. O IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

3.15.2.3. A aplicação do IGP-M incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

3.15.2.4. No caso de indisponibilidade temporária do IGP-M quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias corridos, não cabendo porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos debenturistas.



Handwritten signature/initials.



25

3.15.2.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação do número-índice por prazo superior a 30 (trinta) dias após a data estabelecida para sua divulgação, ou na hipótese de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na ausência de critério legal, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas no prazo máximo de 20 (vinte) dias do evento, para definir, de comum acordo com a EMISSORA, o novo parâmetro a ser aplicado. Caso debenturistas representando mais de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação no mercado, reunidos em assembléia convocada especialmente para este fim, aprovem a proposta da EMISSORA sobre o novo parâmetro, este será utilizado a partir da data de realização da assembléia, sendo a remuneração das Debêntures calculada utilizando-se o novo parâmetro aprovado, a ser aplicado de forma retroativa, *pro rata temporis*, desde a data na qual houve a impossibilidade de aplicação do número-índice original.

3.15.2.6 Caso o novo parâmetro não seja aprovado nos termos da Cláusula 3.15.2.5 acima, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu valor nominal atualizado não amortizado acrescido da remuneração. A atualização neste caso se dará conforme o último número índice divulgado até então prevalecente, calculado *pro rata temporis*.

3.15.2.7 No mês de subscrição, as Debêntures serão atualizadas e remuneradas de acordo com a Cláusula 3.15 a partir da Data de Subscrição até o primeiro dia útil do mês subsequente, de forma *pro rata temporis*.

3.15.3. Juros Remuneratórios

3.15.3.1. As Debêntures renderão juros, para o período compreendido entre a Data de Subscrição e o dia 01 de julho de 2004, a uma taxa pré-fixada de 12,5% (doze vírgula cinco por cento) ao ano, base 360 dias corridos, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal da Debênture, atualizado conforme as Cláusulas 3.15.1 e 3.15.2 acima, a partir da Data de Subscrição, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias corridos.

3.15.3.2. Os juros serão pagos pela Emissora no 18º (décimo oitavo) e no 36º (trigésimo sexto) mês contados da Data de Emissão e a partir daí, anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 01



C. C. T.



26

O PELA

S.



de julho de 2004, o segundo, em 01 de janeiro de 2006 e o último, em 01 de janeiro de 2017, por ocasião do vencimento das Debêntures.

3.15.3.3. Para o período compreendido entre a Data de Subscrição e o dia 01 de julho de 2004, às Debêntures serão atribuídos juros calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa = 12,5% (doze vírgula cinco por cento) ao ano;

N = 360 dias

n = número de dias corridos entre a data do próximo evento e a data do evento anterior sendo "n" um número inteiro;

DT = número de dias corridos entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;

DP = número de dias corridos entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

"Período de Capitalização" é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento dos juros remuneratórios, no caso

Handwritten signature

ENDES
Sociedade Anônima
Advogado

27

Handwritten mark

dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento dos juros remuneratórios, sendo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

3.16. Repactuação

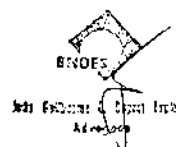
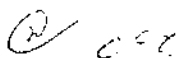
3.16.1. Deverá o Conselho de Administração da EMISSORA divulgar as condições de atualização e remuneração das Debêntures a partir de 01 de julho de 2004, de acordo com os seguintes termos e condições:

3.16.1.1. Até 15 de maio de 2004, o Conselho de Administração da EMISSORA deverá comunicar aos debenturistas, nos termos da Cláusula 3.21 desta Escritura (i) o prazo do próximo período de remuneração, que não poderá ser inferior a 1 (um) ano e deverá obedecer ao prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente; e (ii) as condições da remuneração e atualização monetária, a vigor durante tal período de atualização e remuneração.

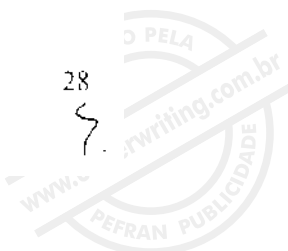
3.16.1.2. Para a determinação das condições de atualização e remuneração a prevalecer no próximo período de remuneração conforme a Cláusula 3.16.1.1 acima, a EMISSORA se obriga a apresentar ao BNDES os termos da repactuação no prazo de até 30 (trinta) dias antes da sua comunicação, pelo Conselho de Administração da EMISSORA, aos titulares das Debêntures, que deverão ter sido elaborados observando o disposto na Cláusula 3.16.1.3 abaixo. O BNDES obriga-se a manter confidencialidade sobre esses termos e a respeitar ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2003, até a divulgação dos mesmos pela EMISSORA.

3.16.1.3. Em um processo com ampla divulgação ao BNDES, deverão ser identificadas junto ao mercado investidor, sob a coordenação de instituição financeira membro da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID definida pela EMISSORA, às expensas desta:

- (a) taxas de remuneração (Cláusula 3.15.3) e forma de atualização (Cláusula 3.15.1) compatíveis com aquelas aplicadas pelo mercado à época, para vigorarem para o próximo período de remuneração das Debêntures,
- (b) o prazo adequado para o próximo período de remuneração das Debêntures, e



28



- (c) a conveniência ou não de o BNDES outorgar uma outra opção de venda das Debêntures, além daquela objeto da Cláusula 3.17.

3.16.1.4 Caso as condições de remuneração identificadas no processo descrito nesta Cláusula 3.16.1 sejam inferiores àquelas então vigentes no período em curso, mantida a forma de atualização então em vigor, as mesmas somente prevalecerão caso a EMISSORA apresente ao BNDES ofertas firmes de compra por instituições financeiras das Debêntures que forem adquiridas pelo BNDES em decorrência do exercício do Direito de Venda.

3.16.1.5 As condições de Remuneração determinadas no processo descrito nesta Cláusula 3.16.1 vincularão a EMISSORA e deverão ser divulgadas pelo Conselho de Administração desta nos termos da Cláusula 3.16.1.1.

3.17. Direito de Venda

3.17.1. O BNDES obriga-se a adquirir, no dia 01 de julho de 2004 (doravante denominado "Data de Exercício"), as Debêntures de titularidade dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA (doravante denominado "Direito de Venda"), divulgadas nos termos da Cláusula 3.16.1.1 acima, desde que estes manifestem, entre os dias 16 de maio de 2004 (inclusive) e 31 de maio de 2004 (inclusive), através do SND, da CBLC ou do AGENTE FIDUCIÁRIO, conforme o caso, o exercício do Direito de Venda, indicando a quantidade de Debêntures sobre a qual desejam exercer o Direito de Venda (doravante denominadas "Debêntures a serem Vendidas"), conforme os termos e condições abaixo. O debenturista que não se manifestar dentro do prazo ora previsto não poderá mais exercer o Direito de Venda.

3.17.2. A manifestação do debenturista no prazo de manifestação do Direito de Venda a que se refere a Cláusula 3.17.1 acima será irrevogável e irretratável, sendo certo que: (a) as Debêntures a serem Vendidas deverão estar livres de qualquer ônus ou gravame; (b) a falta de manifestação por parte dos debenturistas no prazo a que se refere a Cláusula 3.17.1 acima ou a manifestação relativa a somente parte das Debêntures de que forem titulares, será considerada aceitação, por tais debenturistas, aos termos da repactuação relativamente às Debêntures que não forem indicadas nos termos da Cláusula 3.17.1 acima.



Handwritten signature/initials.



29

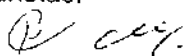
3.17.3. O Direito de Venda não se aplica (a) às Debêntures que não foram indicadas pelo debenturista para o exercício do Direito de Venda dentro do prazo a que se refere a Cláusula 3.17.1 acima; e (b) às Debêntures de titularidade da EMISSORA.

3.17.4. Fica desde já certo e ajustado que as Debêntures a serem Vendidas ficarão bloqueadas e não poderão ser negociadas, oneradas ou retiradas do SND ou da CBLC, conforme o caso, desde a manifestação do debenturista a que se refere a Cláusula 3.17.1 acima até o dia 01 de julho de 2004.

3.17.5. No 1º (primeiro) dia útil após o término do prazo de manifestação do Direito de Venda a que se refere a Cláusula 3.17.1 acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitará, relativamente às Debêntures a serem Vendidas depositadas no SND ou na CBLC, a identificação dos debenturistas às instituições participantes do SND ou da CBLC por meio das quais tais debenturistas exerceram o Direito de Venda e, caso seja verificada a hipótese prevista na alínea (b) da Cláusula 3.17.3, determinará à instituição participante o desfazimento do exercício do Direito de Venda sobre todas as Debêntures a serem Vendidas de que a EMISSORA for titular.

3.17.6. Até o dia 05 de junho de 2004, a EMISSORA informará ao AGENTE FIDUCIÁRIO e ao BNDES a quantidade das Debêntures a serem Vendidas, sendo sua aquisição, pelo BNDES, nos termos desta Cláusula, efetuada em moeda corrente nacional, pelo saldo do valor nominal não amortizado atualizado, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis* não paga até a Data de Exercício (exclusive) (doravante denominado "Preço de Exercício"). No dia útil imediatamente anterior à Data de Exercício, a EMISSORA enviará ao SND ou à CBLC, conforme o caso, documento informando o Preço de Exercício, que deverá conter a aprovação do AGENTE FIDUCIÁRIO e do BNDES.

3.17.7. Na Data de Exercício, a compra e venda das Debêntures a serem Vendidas será liquidada automaticamente através do SND ou da CBLC ou, caso as Debêntures não estejam depositadas no SND ou na CBLC, conforme o disposto na Cláusula 3.20.3, por meio de transferência das Debêntures a serem Vendidas da posição do debenturista para a posição do BNDES, com o respectivo pagamento, pelo BNDES ao debenturista, em fundos imediatamente disponíveis, do Preço de Exercício, observado os Regulamentos do SND e da CBLC e o disposto na Cláusula 3.20.3. A liquidação das operações de compra e venda a que se refere esta Cláusula será considerada quitação do pagamento do Preço de Exercício pelo BNDES aos debenturistas.



30

DO PELA
www.unjerwriting.com.br
REFRAN PUBLICIDADE

3.17.8. A responsabilidade pelo pagamento do Preço de Exercício aos debenturistas que exerceram o Direito de Venda é única e exclusiva do BNDES, não havendo qualquer responsabilidade ou solidariedade por parte da EMISSORA relativamente às obrigações do BNDES nos termos desta Cláusula 3.17, e o descumprimento, pelo BNDES, das obrigações a que se refere esta Cláusula não acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, cabendo ao AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou aos debenturistas, conforme previsto em lei e na Cláusula 7.5.3 abaixo, promover as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos valores devidos pelo BNDES aos debenturistas.

3.17.9. Aos debenturistas titulares das Debêntures a serem Vendidas serão assegurados, enquanto não receberem os valores devidos pelo BNDES, todos os direitos conferidos às demais Debêntures, inclusive no que se refere à remuneração vigente, que será aquela divulgada pela EMISSORA nos termos da Cláusula 3.16.1.1. Não obstante, ocorrendo impontualidade no pagamento do Preço de Exercício pelo BNDES, este será responsável pelo pagamento de multa não compensatória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês computados sobre o valor do Preço de Exercício atualizado e acrescido da remuneração aplicável às Debêntures antes da repactuação prevista na Cláusula 3.16, desde a Data de Exercício até a data do efetivo pagamento, descontados os valores eventualmente pagos pela EMISSORA às Debêntures a serem Vendidas após a Data de Exercício.

3.18. Resgate Antecipado Facultativo

A EMISSORA reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação a qualquer tempo a partir de 01 de julho 2004, a critério do Conselho de Administração da EMISSORA, e mediante publicação de aviso prévio de 30 (trinta) dias. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo seu valor nominal atualizado não amortizado e acrescido da remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, e descontadas as amortizações.

Na hipótese do resgate antecipado parcial, a EMISSORA adotará o critério de sorteio, nos termos do § 1º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76, a ser realizado na presença do AGENTE FIDUCIÁRIO e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto na Cláusula 3.21, inclusive no que concerne às regras do sorteio. As regras de sorteio deverão ser submetidas pela EMISSORA à aprovação do AGENTE FIDUCIÁRIO, que não deverá negar tal aprovação injustificadamente.

C. C. Y.



31

31

3.19. Aquisição Facultativa

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado não amortizado, acrescido da remuneração, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou ser colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas pela EMISSORA para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

3.20. Condições de Pagamento

3.20.1. Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas ou ao AGENTE FIDUCIÁRIO, os débitos vencidos e não pagos pela EMISSORA ficarão sujeitos à multa não compensatória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso, e acrescidos da remuneração devida nos termos desta Escritura, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

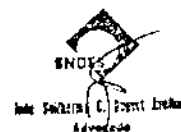
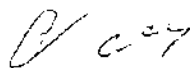
3.20.2. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula anterior, o não comparecimento do debenturista ou do AGENTE FIDUCIÁRIO para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela EMISSORA, não lhe dará o direito ao recebimento de quaisquer remunerações e/ou encargos moratórios relativos ao período em atraso, sendo-lhe, todavia, assegurado os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

3.20.3. Local do Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (a) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND ou pela CBLC, conforme o caso; ou (b) através do Banco do Brasil S.A., na hipótese do debenturista não estar vinculado ao SND ou à CBLC. Qualquer alteração nos procedimentos de pagamento será informada previamente aos debenturistas nos termos da Cláusula 3.21.

3.20.4. Prorrogação dos Prazos



SNOB
Sindicato Nacional dos Advogados

32
7

PELA
www.uit-
PEFRAN PUBLICIDADE
writing.com.br

Considerar-se-ão prorrogadas quaisquer datas referentes à pagamentos ou eventos citados nesta Escritura, inclusive pelos debenturistas no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, caso a data de cumprimento da obrigação ou evento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário em quaisquer das Cidades de Salvador, BA, Rio de Janeiro, RJ, e São Paulo, SP, não havendo qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábados e domingos.

3.21. Publicidade

Ressalvados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados na forma de avisos publicados nos jornais "Gazeta Mercantil – edição nacional" e "A Tarde" ou, mediante prévia comunicação ao AGENTE FIDUCIÁRIO dessa alteração, nos jornais que venham a ser habitualmente utilizados pela EMISSORA para os fins da Instrução CVM nº 358/02. Essas publicações deverão ser feitas em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências durante o prazo de existência das Debêntures, devendo a EMISSORA avisar, tempestivamente, o AGENTE FIDUCIÁRIO de qualquer publicação.

3.22. Vencimento Antecipado

3.22.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA, nos termos das Cláusulas 3.22.2 e 7.5, do seu valor nominal atualizado não amortizado e acrescido da remuneração devida até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA cujo valor global ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, se for cancelado ou, ainda, se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência;
- b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- c) liquidação ou decretação de falência da EMISSORA;

E. E. E.

BRNDA
1000 1000000 1000000
1000000

33
7

- d) não pagamento, pela EMISSORA, do valor nominal, da remuneração, das amortizações e de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da respectiva data de vencimento;
- e) falta de cumprimento pela EMISSORA das obrigações previstas na Cláusula 5.1 desta Escritura não sanada no prazo estabelecido na Cláusula 3.2.5.(b) do Contrato de Administração de Contas (Anexo I);
- f) falta de cumprimento pela EMISSORA das demais obrigações previstas nesta Escritura, no Contrato de Administração de Contas (Anexo I), no Contrato de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão (Anexo II), ou no Contrato de Compartilhamento de Garantias (Anexo III), não sanadas em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- g) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;
- h) vencimento antecipado do Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BB-1947/2001, celebrado em 23 de novembro de 2001 entre a EMISSORA, o Banco do Brasil S.A., o Banco ABN AMRO Real S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco Itaú S.A. e o Banco BNL do Brasil S.A. (doravante denominados em conjunto "AGENTES FINANCEIROS"), com interveniência da COELBA (doravante denominado "Contrato de Repasse") e/ou do Contrato de Financiamento Abertura de Crédito nº 01.2.375.3.1, celebrado em 23 de novembro de 2001 entre a EMISSORA e o BNDES, com a interveniência da COELBA (doravante denominado "Contrato de Financiamento do BNDES");
- i) alienação, total ou parcial, das ações representativas do capital social da EMISSORA, por qualquer um dos acionistas controladores da mesma, exceto para pessoas, físicas ou jurídicas, controladas, controladoras, sujeitas a controle comum de tais sociedades ou entre tais sociedades;
- j) extinção ou perda pela EMISSORA da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão nº 37/99, datado de 28.05.1999



047.



34



(doravante denominado "Contrato de Concessão"), celebrado entre a EMISSORA e a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (doravante denominada "ANEEL"), referente à exploração do potencial hidráulico do AHE ITAPEBI;

- k) vencimento antecipado ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Compra e Venda de Energia celebrado em 08 de novembro de 2002, conforme seus aditivos n°s 1, 2 e 3 celebrados, respectivamente, em 25 de março de 2003, 26 de março de 2003 e 28 de abril de 2003, através do qual a EMISSORA obrigou-se a vender à COELBA e esta obrigou-se a comprar da EMISSORA 1.721.340 MWh/ano de energia elétrica (doravante denominado "CCVE");
- l) a não apresentação ao AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, de contrato destinado à venda da totalidade da energia assegurada da UHE Itapebi, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da rescisão ou vencimento antecipado do contrato de compra e venda de energia anterior, em termos considerados satisfatórios por debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação; ou
- m) não apresentação ou divulgação pelo Conselho de Administração da EMISSORA, no prazo definido na Cláusula 3.16.1.1, das condições de repactuação de acordo com o disposto na Cláusula 3.16.1 acima.

3.22.2. Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nas alíneas "b" e "c" da Cláusula 3.22.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nas alíneas "a", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l" e "m" da referida Cláusula, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da data da ocorrência, assembleia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para, se assim vier a ser aprovado por debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação, declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

CLÁUSULA IV – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A EMISSORA utilizará a integralidade dos recursos provenientes da Emissão para quitar empréstimos de curto-prazo contratados pela EMISSORA, cujos valores foram utilizados na construção da Usina Hidrelétrica de Itapebi e suas correspondentes instalações de transmissão.



Handwritten signature/initials.



35
7

CLÁUSULA V – DAS GARANTIAS

5.1. Conta Reserva

Para assegurar o pontual e integral pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desta Escritura, a EMISSORA deverá constituir e manter, em favor dos titulares das Debêntures e do AGENTE FIDUCIÁRIO, até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures, nos termos do Contrato de Administração de Contas, celebrado nesta data, que constitui o Anexo I à presente Escritura, conta reserva vinculada às Debêntures no banco contratado. Nos termos do Contrato de Administração de Contas, a EMISSORA deverá transferir para a conta reserva até o final de cada um dos 3 (três) primeiros trimestres do ano que anteceda qualquer data de pagamento de principal ou juros sobre as Debêntures, o valor correspondente a, no mínimo, 1/3 (um terço) do montante das obrigações devidas em tal data, o qual será utilizado para o respectivo pagamento

5.2. Penhor de Direitos Emergentes da Concessão

5.2.1. Nos termos do Contrato de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão celebrado entre a EMISSORA, o AGENTE FIDUCIÁRIO, o BNDES e os AGENTES FINANCEIROS, com interveniência da COELBA (doravante denominado "Contrato de Penhor"), o qual constitui o Anexo II da presente Escritura, em garantia do pagamento integral e tempestivo dos valores devidos pela EMISSORA (i) aos debenturistas, nos termos desta Escritura; (ii) ao BNDES, nos termos do Contrato de Financiamento do BNDES; e (iii) aos AGENTES FINANCEIROS, nos termos do Contrato de Repasse, foi constituído em favor dos debenturistas, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, do BNDES e dos AGENTES FINANCEIROS, penhor mercantil sobre:

- a) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à EMISSORA, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis e do Contrato de Concessão, incluindo, mas não se limitando, o direito de receber toda e qualquer indenização devida pela extinção da concessão prevista no Contrato de Concessão;
- b) os direitos de crédito da EMISSORA decorrentes da venda de energia produzida pela UHE ITAPEBI e todos os direitos de garantia, de qualquer natureza, que a EMISSORA tenha ou venha a ter por força dos contratos de compra e venda de energia elétrica que venha a celebrar;

36

7

PRC
DO PELA
www.underwriting.com.br
REFRAN PUBLICIDADE

- c) a energia elétrica a ser produzida pela UHE ITAPEBI;
- d) os direitos de crédito da EMISSORA, decorrentes do CCVE, e todos os direitos de garantia, de qualquer natureza, que a EMISSORA tenha ou venha a ter por força do CCVE; e
- e) todos os demais direitos relacionados à concessão prevista no Contrato de Concessão, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e o Contrato de Concessão.

5.2.2. O produto da execução das garantias constituídas através do Contrato de Penhor, bem como os recursos que o BNDES vier a receber em decorrência de sinistros cobertos por seguros que, por força de contratos firmados entre o BNDES e a EMISSORA, contenham cláusula especial em favor do BNDES (quando estes recursos, a critério do BNDES, não forem aplicados na manutenção da UHE ITAPEBI) serão compartilhados entre os debenturistas, o BNDES e os AGENTES FINANCEIROS de acordo com os termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias celebrado nesta data entre a EMISSORA, o AGENTE FIDUCIÁRIO, os AGENTES FINANCEIROS e o BNDES (doravante denominado "Contrato de Compartilhamento de Garantias"), que constitui o Anexo III à presente Escritura.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. A EMISSORA obriga-se a:

a) Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- (i) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre do seu exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
- (ii) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes e de indicação das contas necessárias à apuração do ICD, conforme definido na Cláusula 6.1.1 abaixo, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA;



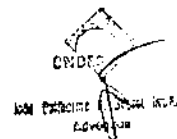
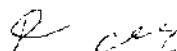
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



37
7

- (iii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, cópia das demonstrações financeiras trimestrais relativas ao respectivo trimestre, revisadas pelos auditores independentes, acompanhadas de indicação das contas necessárias à apuração do ICD, conforme definido na Cláusula 6.1.1 abaixo, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA,
- (iv) quando do envio das demonstrações financeiras de que tratam os itens (ii) e (iii) acima, declaração da EMISSORA de que está adimplente com todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, no Contrato de Administração de Contas, no Contrato de Penhor e no Contrato de Compartilhamento de Garantias, respectivamente, Anexos I, II e III da Escritura, assim como demonstrativo incluindo memória do cálculo necessário à apuração do ICD, conforme definido na Cláusula 6.1.1 abaixo;
- (v) cópia das informações públicas periódicas e eventuais exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- (vi) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Acionistas, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembleia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- (vii) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 3.21;
- (viii) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de Debêntures que lhe venha a ser solicitada;
- (ix) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela EMISSORA, imediatamente após o seu recebimento;
- (x) cópia de qualquer correspondência recebida ou enviada ao BNDES e/ou AGENTES FINANCEIROS relativamente ao Contrato de Repasse, ao Contrato de Empréstimo do BNDES, ao Contrato de Compartilhamento de Garantias ou ao Contrato de Penhor imediatamente após seu recebimento ou envio; e



38



- (xi) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 3.22, imediatamente após a sua ocorrência.
- b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- c) submeter a presente Emissão a avaliação por, no mínimo, duas agências classificadoras de risco em funcionamento no País, e manter atualizado, pelo menos anualmente, o relatório de avaliação contendo as súmulas de classificação de risco (*rating*), bem como, às suas expensas, divulgar ou permitir que essas agências de classificação de risco divulguem referidos relatórios;
- d) efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM nº 207, de 01.02.1994;
- e) estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- f) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às Debêntures, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- g) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes, pagando tempestivamente os prêmios de referidos seguros;
- h) notificar, de imediato, o AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de qualquer credor da EMISSORA declarar vencida qualquer obrigação contra a EMISSORA, ou decidir rescindir qualquer contrato celebrado com a EMISSORA, por qualquer motivo que seja;
- i) não conceder preferências a outros créditos que sejam subordinados às Debêntures e observar os dispositivos constantes do Contrato de Compartilhamento de Garantias em relação aos créditos decorrentes do Contrato de Repasse e do Contrato de Financiamento do BNDES;
- j) não desvincular, alienar, transferir, arrendar, remover, nem onerar bens do seu ativo permanente (seja por uma transação ou por um

13 049.



39

7.

número de transações relacionadas ou não), salvo quando se tratar:
(i) de bens inservíveis ou obsoletos; ou (ii) de bens que sejam substituídos por novos de idêntica finalidade; e

- k) manter, a partir da Data de Subscrição e até a amortização total das Debêntures, índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,3 (um vírgula três) vezes, calculado conforme definido na Cláusula 6.1.1 abaixo.

6.1.1. O índice de cobertura do serviço da dívida ("ICD") será calculado trimestralmente com base na fórmula descrita a seguir e nas datas-base das demonstrações financeiras, sendo que seu demonstrativo de apuração deverá ser preparado pela EMISSORA e enviado ao AGENTE FIDUCIÁRIO nos prazos indicados nos itens (ii), (iii) e (iv) da Cláusula 6.1(a) acima:

Fórmula do ICD:

$$ICD = \frac{\text{Fluxo de Caixa Disponível para Serviço da Dívida no Período}}{\text{Serviço da Dívida no Período}} = \frac{A}{B}$$

sendo:

A = Fluxo de Caixa Operacional
(-) Impostos Pagos
(-) Custos Debêntures
(+) Receita Financeira
(+) Aporte de Capital
(+) Caixa Acumulado

B = Amortização de principal, juros a pagar e quaisquer outros pagamentos devidos no Período ao BNDES, aos AGENTES FINANCEIROS e aos titulares das Debêntures relativos ao Contrato de Financiamento Direto, ao Contrato de Repasse e/ou à presente Escritura.

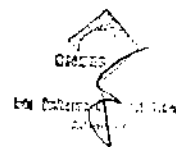
Definições:

Período: período de 12 (doze) meses precedentes à data em que ocorrer a apuração do ICD.

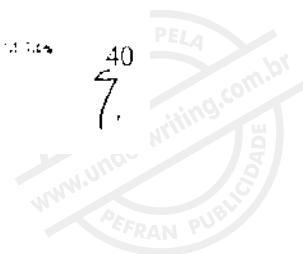
Fluxo de Caixa Operacional: Receita Líquida (-) Custo da Energia Vendida, onde:

Receita Líquida = Receita Bruta (-) PIS (-) COFINS (-) Perdas de Transmissão

2007



40
7.



Custo da Energia Vendida = Despesas com operação e manutenção (+) Seguros (+) Royalties (+) Contribuições para Setor Elétrico (+) Transporte (+) Outorga da Concessão

Impostos Pagos: Desembolsos referentes ao pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Custo Debêntures: Despesas referentes à manutenção das Debêntures, tais como manutenção das avaliações das Debêntures por agências de ratings, publicações legais, taxas pagas à CETIP e ANDIMA, entre outros.

Receita Financeira: Receita proveniente da aplicação do saldo do Caixa Acumulado, das Contas Reserva, do período anterior à taxa vigente no mercado.

Aporte de Capital: Eventual aporte de recursos dos acionistas, para cobrir alguma insuficiência de caixa em determinado período.

Caixa Acumulado: Somatório dos caixas excedentes em cada período. O caixa excedente é o caixa que resulta de: Entradas de Caixa no Projeto (-) Obrigações do Projeto.

CLÁUSULA VII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

A EMISSORA nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão a PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., já qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar, perante a EMISSORA e as demais partes dos contratos anexados à presente Escritura, a comunhão dos titulares das Debêntures.

7.2. Declaração

7.2.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado pela presente Escritura, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

E. C. T.

ENDESA
Sociedade por Ações
Avenida

41
2

- c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas Cláusulas e condições;
- d) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31.10.1990, do Banco Central do Brasil;
- e) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23.11.1983; e
- f) ter verificado a regularidade da constituição, suficiência e exequibilidade das garantias adicionalmente prestadas.

7.2.2. A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do AGENTE FIDUCIÁRIO, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha.

7.3.2. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

7.3.3. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

7.3.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]
42

42

atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.1983, e eventuais normas posteriores.

7.3.5. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, devendo o mesmo ser averbado na Junta Comercial do Estado da Bahia.

7.3.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures.

7.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos da CVM.

7.4. Deveres

7.4.1. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, bem como dos instrumentos referidos na Cláusula 2.3 acima e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA



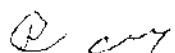
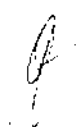
[Handwritten signature]



43
57

para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;
- k) comparecer à Assembléia Geral dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b", da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da EMISSORA;



44



- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;
 - (vi) constituição, aplicações, e movimentações relativas à Conta-Reserva mencionada na Cláusula 5.1 acima.
 - (vii) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos com os administradores da EMISSORA;
 - (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (ix) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura, incluindo a observância do índice de cobertura do serviço da dívida, nos termos da Cláusula 6.1(k);
 - (x) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures; e
 - (xi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;
- m) colocar o relatório de que trata a alínea "l" à disposição dos debenturistas no prazo máximo de quatro meses, a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da EMISSORA;
 - (ii) no seu escritório ou, quando se tratar de instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) nas Bolsas de Valores, quando for o caso;
 - (v) na instituição que liderou a colocação das Debêntures.



C=7.

ENDES
Inês Gertrudes C. Gomes Inês
Advogada

45
7.

- n) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m";
- o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA;
- p) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às Debêntures resgatadas;
- q) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - (i) à CVM;
 - (ii) às Bolsas de Valores, quando for o caso;
 - (iii) ao Banco Central, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar; e
 - (iv) ao BNDES.
- s) celebrar o aditamento previsto na Cláusula 3.15.3 desta Escritura, bem como os aditamentos necessários para refletir a repactuação prevista na Cláusula 3.16 acima;
- t) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, flutuantes e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e

27.



46
2

46
O PELA
www.underwriting.com.br
PEFRAN PUBLICIDADE

- u) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. Observado o disposto no Contrato de Compartilhamento de Garantias, o AGENTE FIDUCIÁRIO usará de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na Cláusula 3.22, acima, tomar os seguintes procedimentos:

- a) declarar, respeitado o disposto na Cláusula 3.22.2, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) executar garantias, respeitado o disposto no Contrato de Compartilhamento de Garantias mencionado na Cláusula 2.3 acima, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- c) requerer a falência da EMISSORA se as garantias não forem suficientes para cobrir a dívida oriunda da presente Emissão;
- d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- e) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

7.5.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "b" a "d" da Cláusula anterior se, convocada a Assembléia Geral dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "e" da Cláusula anterior.

7.5.3. No caso de inadimplemento do BNDES de suas obrigações contidas nesta Escritura, deverá o AGENTE FIDUCIÁRIO convocar imediatamente assembléia geral dos debenturistas, a ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias corridos, para que sejam definidas as medidas a serem tomadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO para proteger direitos ou defender interesses de tais debenturistas, incluindo a propositura de medidas judiciais e/ou extrajudiciais em face do BNDES.

7.6. Remuneração

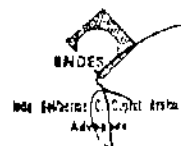
C. C. R.



47
7

Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) parcelas anuais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) cada uma, sendo que a primeira deverá ser paga na data de assinatura da presente Escritura, com a devida atualização pelo IGP-M desde 25.09.2000, e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes;
- b) as remunerações previstas no item anterior serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;
- c) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela anual, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die* se necessário;
- d) as remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA;
- e) em caso de inadimplência da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE



48

FIDUCIÁRIO solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

- f) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura; e
- g) as remunerações serão acrescidas do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e de quaisquer outros tributos que venham incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.7. Despesas

A EMISSORA ressarcirá ao AGENTE FIDUCIÁRIO todas as despesas que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à EMISSORA e compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA VIII - DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

Art. 7.

UNDES
www.underw
PEFRAN PUBLICIT

49

Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

8.1. Convocação

A Assembléia de Debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10%, no mínimo, das Debêntures em circulação ou pela CVM.

8.2. Quorum de Instalação

A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

8.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

Nas deliberações da Assembléia a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação, exceto conforme previsto na Cláusula 7.5.2 acima.

CLÁUSULA IX – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

9.1. A EMISSORA neste ato declara que:

- a) é sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- b) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastante para tanto;
- c) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura, do CCVE e dos contratos mencionados na Cláusula 2.3 e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura e

50

PELA
writing.com.br
PEFRAN PUBLICIDADE

nesses instrumentos foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;

- d) os termos desta Escritura (i) não implicam o inadimplemento de qualquer contrato ou documento do qual a EMISSORA (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou ao qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (ii) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a EMISSORA (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da EMISSORA (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou que afete a EMISSORA (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e) esta Escritura constitui obrigação exequível, válida e eficaz da EMISSORA;
- f) os Prospectos contêm e conterão, na data de início da distribuição pública das Debêntures:
 - (i) todas as informações relevantes em relação à EMISSORA e às sociedades integrantes de seu grupo econômico no contexto da presente distribuição pública de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, da COELBA e de suas respectivas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas (se houver) e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações inverídicas, falsas ou insuficientes ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
 - (ii) as declarações contidas nos prospectos em relação à EMISSORA e às sociedades integrantes de seu grupo econômico são verdadeiras, completas e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
 - (iii) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos prospectos em relação à EMISSORA e às sociedades integrantes de seu grupo econômico foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as

E 009

UNIC
Instituto de Registro e Arquivo
Advogado

51

circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
e

- (iv) não há informações relativas à EMISSORA ou às sociedades integrantes de seu grupo econômico relativas às Debêntures não divulgados nos prospectos cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração relevante dos prospectos seja enganosa, incorreta, insuficiente ou inverídica.
- f) a celebração da Escritura de Emissão, do CCVE, dos contratos mencionados na Cláusula 2.3 acima, a emissão e a colocação das Debêntures e o cumprimento das obrigações decorrentes de tais instrumentos não infringem qualquer disposição legal, estatutária, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- g) a EMISSORA e a COELBA têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- h) as Demonstrações Financeiras da EMISSORA e da COELBA incluídas nos prospectos representam corretamente a posição financeira da EMISSORA e da COELBA naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- i) a EMISSORA e a COELBA estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- j) exceto pelas contingências informadas nos prospectos, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA ou na COELBA, em sua condição financeira ou outras, ou em suas atividades.

9.1.1 A EMISSORA obriga-se de forma irrevogável e irretratável a indenizar os debenturistas, o AGENTE FIDUCIÁRIO e os bancos coordenadores da Emissão por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO



E 001

52
7

O PELA

twriting.com.br

REFRAN PUBLICIDADE

e pelos bancos coordenadores da Emissão em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

9.1.2 A EMISSORA compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas e o AGENTE FIDUCIÁRIO caso qualquer das declarações aqui prestadas torne-se inverídica, incompleta ou incorreta.

CLÁUSULA X - DAS NOTIFICAÇÕES

As notificações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Av. Edgar Santos, nº 300 - Bloco A4, 1º andar
CEP 41186-900 - Salvador - BA
At.: Diretoria Financeira
Telefone: (71) 370-5647
Fac-símile: (71) 370-5424

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

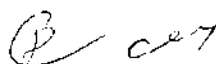
PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Rua Sete de Setembro, nº 99, 16º andar
CEP: 20050-005, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira
Telefone: (21) 2507-1949
Fax-símile: (21) 2507-1773
E-mail: pavarini-rj@pavarini.com.br

Para o BNDES:

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL -
BNDES
A/C Superintendente da Área de Infra-Estrutura
Avenida República de Chile nº 100
CEP 20139-900 - Rio de Janeiro - RJ

Para a CETIP:

CETIP – CENTRAL DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA DE TÍTULOS
Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar



 53

CEP 01009-000 – São Paulo – SP

At.: Sr. Fábio Benites

Telefone: (11) 3111-1506

Fax-simile: (11) 3115-2553

E-mail: fbenites@cetip.com.br

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou aviso de recebimento expedido pelo correio sob protocolo ou telegrama nos endereços acima. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada pela Parte à EMISSORA, que informará a todas demais Partes.

CLÁUSULA XI – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

11.1. Quaisquer informações complementares sobre a EMISSORA e a presente Emissão poderão ser obtidas no Banco do Brasil S.A., na Rua Senador Dantas, 105 – 26º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, e na CVM, na Rua Sete de Setembro, 111 – 3º andar – Centro de Consultas, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

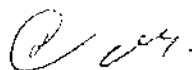
CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. Anexos

Todos os Anexos da presente Escritura fazem parte integrante da mesma e não poderão ser interpretados de maneira diversa ou de forma conflitante com a presente Escritura.



54
Adm. Financeira e Control. Ltda.
Advogados

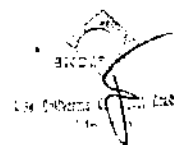
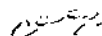
www.cetip.com.br
PEFRAN PUBLICIDADE

12.3. Alteração

O presente instrumento só poderá ser alterado por instrumento escrito e assinado pelas partes.

12.4. Legislação Aplicável e Foro

A presente Escritura será regida pelas leis da República Federativa do Brasil, ficando eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, RJ, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja”.



55
7.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

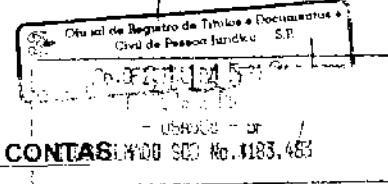


**Anexo 1 à Escritura de Emissão: Contrato de Administração
de Contas**



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



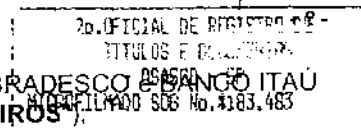
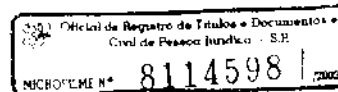


CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS No. 1183,453

- (i) **ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**, sociedade anônima com sede na Avenida Edgard Santos nº 300 - Bloco A4, 1º andar, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 02.397.080/0001-96, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "**BENEFICIÁRIA**");
- (ii) **BANCO DO BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Bloco C, Lote 32, Ed. Sede III, na cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, através da sua agência localizada na Rua Direita da Piedade, 25, 4º andar, Alas A e B, Mercês, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/3723-07, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social (doravante denominado "**BANCO DO BRASIL**" ou "**CONTRATADO**" ou, na qualidade de líder do consórcio de bancos, "**BANCO LÍDER**");
- (iii) **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, empresa pública federal, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, e serviços na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Av. República do Chile, nº 100, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89, neste ato representado por seus representantes legalmente habilitados infra-assinados (doravante denominado "**BNDES**");
- (iv) **BANCO ABN AMRO REAL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Paulista, nº 1374, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.066.408/0001-15, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social (doravante denominado "**BANCO ABN**");
- (v) **BANCO BNL DO BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Paulista, nº 1.963, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.086.413/0001-30, através de sua agência localizada na Avenida Rio Branco, nº 1, 15º andar - grupo 1.511, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.086.413/0003-00, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social (doravante denominado "**BANCO BNL**");
- (vi) **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social (doravante denominado "**BANCO BRADESCO**");
- (vii) **BANCO ITAÚ S.A.**, instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social (doravante denominado "**BANCO ITAÚ**");

Handwritten notes and signatures in the left margin, including a large signature and the text "BANCO BNL DO BRASIL S.A." and "BANCO BRADESCO S.A.".

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a stamp of the BNDES and a stamp of the Office of Registration of Titles and Documents.



(BANCO DO BRASIL, BANCO ABN, BANCO BNL, BANCO BRADESCO e BANCO ITAÚ doravante coletivamente denominados "**AGENTES FINANCEIROS**");

- (viii) **APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Tesouro, nº 47, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.090.873/0001-90, representando, neste ato, a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, da BENEFICIÁRIA (doravante coletivamente denominados "**DEBENTURISTAS**"), neste ato representada na forma de seu Contrato Social (doravante denominada "**AGENTE FIDUCIÁRIO**");
- (ix) **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA**, sociedade anônima com sede na Avenida Edgar Santos, nº 300, Bloco B4, Edifício Sede da Coelba, 2º andar, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.139.629/0001-94, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "**COELBA**");

CONSIDERANDO QUE:

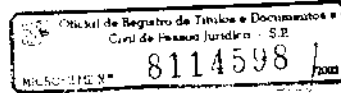
I. A BENEFICIÁRIA, produtora independente de energia elétrica, é detentora de concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Itapebi (doravante denominada "**UHE ITAPEBI**"), nos termos do Contrato de Concessão de Geração nº 37/99, datado de 28.05.1999 (doravante denominado "**CONTRATO DE CONCESSÃO**"), celebrado entre a ITAPEBI e a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que consiste na exploração de uma planta de geração com potência instalada 450 MW e energia assegurada de 1.721.340 MWh/ano e das respectivas instalações de transmissão de interesse restrito do próprio aproveitamento (doravante denominado "**PROJETO**");

II. A BENEFICIÁRIA e a COELBA celebraram Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, em 08 de novembro de 2002, conforme seus aditivos nºs 1, 2 e 3 celebrados, respectivamente, em 25 de março de 2003, 26 de março de 2003 e 28 de abril de 2003 (doravante denominado "**CCVE**"), através do qual a BENEFICIÁRIA obrigou-se a vender à COELBA e esta obrigou-se a comprar da BENEFICIÁRIA 1.721.340 MWh/ano de energia elétrica;

III. Em 23 de novembro de 2001, os AGENTES FINANCEIROS reuniram-se em consórcio, com a finalidade de conceder à BENEFICIÁRIA, mediante repasse de recursos do BNDES, um financiamento destinado ao PROJETO, através do Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES nº BB-1947/2001, celebrado em 23 de novembro de 2001, no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), doravante denominado "**CONTRATO DE REPASSE**";

IV. Em 23 de novembro de 2001, mediante operação direta e com a mesma finalidade, o BNDES celebrou com a BENEFICIÁRIA, Contrato de Financiamento





Mediante Abertura de Crédito nº 01.2.375.3.1., no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), doravante denominado "**CONTRATO DE FINANCIAMENTO DIRETO**";

V. A BENEFICIÁRIA celebrou nesta data com o AGENTE FIDUCIÁRIO representante dos DEBENTURISTAS o Instrumento Particular de ~~Escritura da Primeira~~ Emissão Pública de Debêntures da ITAPEBI (doravante denominada "**ESCRITURA DE EMISSÃO**"), através da qual captará R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente Instrumento Particular de CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, doravante denominado simplesmente CONTRATO, que passa a fazer parte integrante e inseparável do CONTRATO DE FINANCIAMENTO DIRETO, do CONTRATO DE REPASSE e da ESCRITURA DE EMISSÃO (coletivamente denominados "**FINANCIAMENTOS**") e que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DEFINIÇÕES

1.1. Para os efeitos deste CONTRATO, os termos a seguir terão as seguintes definições:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS CONSERVADORAS: aquelas incluídas em carteira de renda fixa com baixo risco de crédito, listadas no Art. 10 do Regulamento Anexo à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.829, de 30.03.2001, conforme alterações introduzidas pela Resolução nº 3.055, de 19.12.2002;

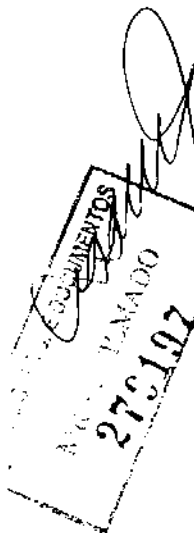
CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS: conta nº 30.100-0, de titularidade da BENEFICIÁRIA, a ser aberta na agência nº 2.940-8 do CONTRATADO, não movimentável pela BENEFICIÁRIA, centralizadora da RECEITA.

CONTA MOVIMENTO: conta corrente nº 25.357-X, de livre movimentação, de titularidade da BENEFICIÁRIA, a aberta na agência nº 2.940-8 do CONTRATADO.

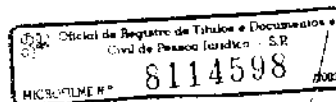
CONTA RESERVA DAS DEBÊNTURES: conta nº 30.400-X, de titularidade da BENEFICIÁRIA, vinculada ao pagamento das obrigações decorrentes da ESCRITURA DE EMISSÃO, aberta na agência nº 2.940-8 do CONTRATADO, não movimentável pela BENEFICIÁRIA.

CONTA RESERVA DO FINANCIAMENTO DIRETO: conta nº 30.200-7, de titularidade da BENEFICIÁRIA, vinculada ao pagamento das obrigações decorrentes do CONTRATO DE FINANCIAMENTO DIRETO, aberta na agência nº 2.940-8 do CONTRATADO, não movimentável pela BENEFICIÁRIA.

CONTA RESERVA DO REPASSE: conta nº 30.300-3, de titularidade da BENEFICIÁRIA, vinculada ao pagamento das obrigações decorrentes do CONTRATO DE REPASSE, aberta na agência nº 2.940-8 do CONTRATADO, não movimentável pela BENEFICIÁRIA.



Handwritten signatures and stamps of various parties, including a stamp of BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) with the text 'BNDES' and 'Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social'.



CONTAS RESERVAS: a CONTA RESERVA DO FINANCIAMENTO DIRETO, a CONTA RESERVA DO REPASSE e a CONTA RESERVA DAS DEBÊNTURES.

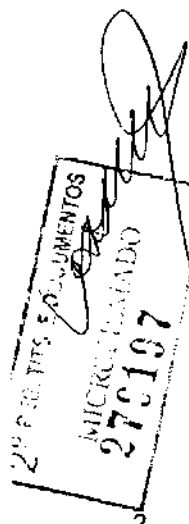
DEBÊNTURES: as debêntures da Primeira Emissão Pública da BENEFICIÁRIA, reguladas pela ESCRITURA DE EMISSÃO.

DOMICÍLIO BANCÁRIO: local da agência do CONTRATADO onde a BENEFICIÁRIA manterá a CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS, a CONTA RESERVA DO FINANCIAMENTO DIRETO, a CONTA RESERVA DO REPASSE, a CONTA RESERVA DAS DEBÊNTURES e a CONTA MOVIMENTO até a final liquidação das obrigações assumidas nos FINANCIAMENTOS.

FATURAS: Notas Fiscais/Faturas emitidas pela BENEFICIÁRIA contra a COELBA, em decorrência do fornecimento de energia elétrica nos termos do CCVE, ou contra quaisquer outras partes que venham a celebrar operações de compra e venda de energia elétrica com a BENEFICIÁRIA, em decorrência de tais operações.

RECEITA: todos os valores recebidos pela BENEFICIÁRIA em decorrência do fornecimento de energia elétrica objeto do CCVE, de quaisquer outros contratos de fornecimento de energia elétrica que vierem a ser celebrados pela BENEFICIÁRIA e do Contrato de Concessão de Geração nº 37/99 celebrado entre a BENEFICIÁRIA e a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 28.05.1999, valores esses que deverão ser depositados pela BENEFICIÁRIA na CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS.

SERVIÇO DA DÍVIDA: o montante total devido para amortização de principal, pagamento de juros e de quaisquer outras obrigações devidas ao BNDES, aos AGENTES FINANCEIROS e aos DEBENTURISTAS relativos aos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO DIRETO e/ou CONTRATO DE REPASSE e/ou ESCRITURA DE EMISSÃO, conforme o caso.

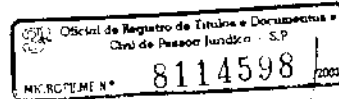


2. OBJETO

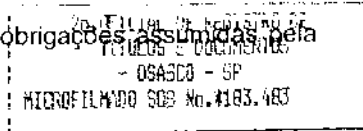
2.1. Este CONTRATO tem por objeto regular os termos e condições segundo os quais o CONTRATADO atuará como mandatário, responsável pela administração da CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS, da CONTA MOVIMENTO e das CONTAS RESERVAS e centralização da RECEITA da BENEFICIÁRIA, face à celebração dos FINANCIAMENTOS.

2.2. O produto decorrente do recebimento das FATURAS e os demais valores mencionados na definição de RECEITA na Cláusula 1.1 acima deverão ser depositados na CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS, mantida junto ao CONTRATADO e deverão ser transferidos imediatamente, após constituído o saldo mínimo das CONTAS RESERVAS, nos termos deste CONTRATO, para a CONTA MOVIMENTO, salvo na hipótese de inadimplemento da BENEFICIÁRIA, quando ocorrerá a retenção da RECEITA na CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS, por instrução do AGENTE FIDUCIÁRIO, do BANCO LÍDER ou do BNDES, que será utilizada para liquidação total

[Handwritten signatures and stamps]



ou parcial dos FINANCIAMENTOS, até a regularização das obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA nos FINANCIAMENTOS.



3. OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA

3.1. A COELBA obriga-se a realizar os pagamentos referentes às FATURAS, bem como os demais valores mencionados na definição de RECEITA que porventura venha a receber, diretamente na CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS, mediante depósito ou transferência de recursos. A BENEFICIÁRIA deverá notificar quaisquer outras partes que venham a celebrar operações de compra e venda de energia elétrica com a mesma, no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da celebração dos respectivos contratos, com cópia para o BNDES, os AGENTES FINANCEIROS e o AGENTE FIDUCIÁRIO, durante a vigência deste CONTRATO, a pagar as FATURAS nas agências bancárias do CONTRATADO, mediante depósito ou transferência de recursos para a CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS.

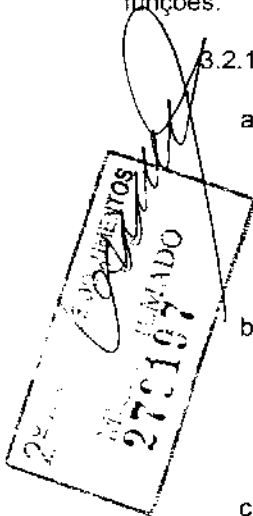
3.2. A BENEFICIÁRIA deverá manter junto ao CONTRATADO, durante todo o prazo de vigência dos FINANCIAMENTOS, a CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS, a CONTA MOVIMENTO e as CONTAS RESERVAS, com as seguintes características e funções.

3.2.1. CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS:

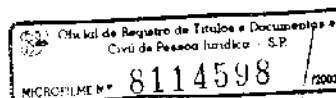
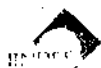
- Deverão ser creditados na CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS todos os pagamentos das FATURAS efetuados pela COELBA, provenientes do fornecimento de energia elétrica objeto do CCVE, ou por quaisquer outras partes que venham a celebrar operações de compra e venda de energia elétrica com a BENEFICIÁRIA e, ainda, os demais valores definidos como RECEITA na Cláusula 1.1 acima.
- Tais recursos deverão ser transferidos pelo CONTRATADO imediatamente para a CONTA MOVIMENTO da BENEFICIÁRIA, após preenchidos os saldos das CONTAS RESERVAS, salvo quando ocorrer o inadimplemento da BENEFICIÁRIA e a determinação do bloqueio pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pelo BANCO LÍDER e/ou pelo BNDES.
- Quando da ocorrência do inadimplemento da BENEFICIÁRIA e da determinação do bloqueio, os recursos que já estiverem depositados na CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS e aqueles depositados a partir de então serão imediatamente retidos na CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS e serão utilizados para liquidação total ou parcial dos FINANCIAMENTOS, até que haja uma contra-ordem do AGENTE FIDUCIÁRIO, do BANCO LÍDER e/ou do BNDES.

3.2.2. CONTA RESERVA DO FINANCIAMENTO DIRETO

- O CONTRATADO transferirá para a CONTA RESERVA DO FINANCIAMENTO DIRETO, até 15.10.2003, o valor equivalente a, no mínimo, o SERVIÇO DA DÍVIDA para os 6 (seis) meses seguintes em



[Handwritten signatures and stamps]



- 6 -

decorrência do CONTRATO DE FINANCIAMENTO DIRETO constituindo-se em reserva para o pagamento de quaisquer quantias devidas pela BENEFICIÁRIA ao BNDES.

MICROFILME Nº 8114598

b) O saldo da CONTA RESERVA DO FINANCIAMENTO DIRETO poderá ser aplicado a critério da BENEFICIÁRIA em fundos de investimentos e/ou APLICAÇÕES FINANCEIRAS CONSERVADORAS disponíveis no mercado brasileiro, resgatáveis unicamente na CONTA RESERVA DO FINANCIAMENTO DIRETO.

c) Considerando a diferença entre os rendimentos dos fundos de investimentos e/ou APLICAÇÕES FINANCEIRAS CONSERVADORAS escolhidas pela BENEFICIÁRIA e a metodologia de cálculo do SERVIÇO DA DÍVIDA, caso o saldo da CONTA RESERVA DO FINANCIAMENTO DIRETO venha a ser inferior aos 6 (seis) meses seguintes do SERVIÇO DA DÍVIDA, o CONTRATADO fica autorizado debitar a diferença de imediato na CONTA CENTRALIZADORA e/ou na CONTA MOVIMENTO, com vistas à complementação daqueles valores. O CONTRATADO obriga-se a realizar esta apuração no dia 10 (dez) de cada mês de vigência do CONTRATO DE FINANCIAMENTO DIRETO.

d) No primeiro dia útil de cada semestre civil serão realizadas equalizações pelo CONTRATADO para ajustar o valor da CONTA RESERVA DO FINANCIAMENTO DIRETO aos valores dos próximos 6 (seis) meses do SERVIÇO DA DÍVIDA, transferindo o excedente (se houver) para a CONTA MOVIMENTO.

e) Caso haja mudança do responsável pela operação da UHE ITAPEBI, a BENEFICIÁRIA deverá apresentar ao BNDES um contrato de operação e manutenção, em termos satisfatórios para o BNDES, firmado com empresa com reconhecida capacidade técnica. Neste caso, a ITAPEBI deverá abrir junto ao CONTRATADO uma nova CONTA RESERVA com as mesmas características da CONTA RESERVA DO FINANCIAMENTO DIRETO, denominada CONTA RESERVA DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO, transferindo para a mesma valores necessários para o pagamento de, no mínimo, 6 (seis) meses de pagamentos no novo contrato de operação e manutenção.



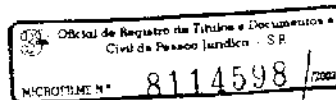
3.2.3. CONTA RESERVA DO REPASSE

a) O CONTRATADO transferirá para a CONTA RESERVA DO REPASSE, até 15.10.2003, o valor equivalente a, no mínimo, o SERVIÇO DA DÍVIDA para os próximos 6 (seis) meses em decorrência do CONTRATO DE REPASSE, constituindo-se em reserva para o pagamento de quaisquer quantias devidas pela BENEFICIÁRIA aos AGENTES FINANCEIROS.

b) O saldo da CONTA RESERVA DO REPASSE poderá ser aplicado a critério da BENEFICIÁRIA em fundos de investimentos e/ou APLICAÇÕES

Handwritten signatures and stamps, including the BNDES logo and a stamp from the Office of Registration of Titles and Documents, Civil of Person Juridical - S.P. with number 273107.





FINANCEIRAS CONSERVADORAS disponíveis no mercado brasileiro, resgatáveis unicamente na CONTA RESERVA DO REPASSE.

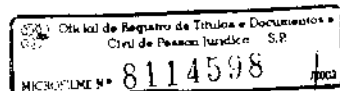
- c) Considerando a diferença entre os rendimentos dos fundos de investimentos e/ou APLICAÇÕES FINANCEIRAS CONSERVADORAS escolhidas pela BENEFICIÁRIA e a metodologia de cálculo do SERVIÇO DA DÍVIDA, caso o saldo da CONTA RESERVA DO REPASSE venha a ser inferior aos 6 (seis) meses seguintes do SERVIÇO DA DÍVIDA, o CONTRATADO fica autorizado a debitar a diferença de imediato na CONTA CENTRALIZADORA e/ou na CONTA MOVIMENTO, com vistas à complementação daqueles valores. O CONTRATADO obriga-se a realizar esta apuração no dia 10 (dez) de cada mês de vigência do CONTRATO DE REPASSE.
- d) No primeiro dia útil de cada semestre civil serão realizadas equalizações pelo CONTRATADO para ajustar o valor da CONTA RESERVA DO REPASSE aos valores dos 6 (seis) meses seguintes do SERVIÇO DA DÍVIDA, transferindo o excedente (se houver) para a CONTA MOVIMENTO.

3.2.4. CONTA RESERVA DAS DEBÊNTURES

- a) A BENEFICIÁRIA deverá transferir para a CONTA RESERVA DAS DEBÊNTURES, em cada data indicada no quadro abaixo, ou no primeiro dia útil a ela posterior, o valor correspondente a, no mínimo, 1/3 (um terço) do montante das obrigações devidas em relação ao pagamento de juros e/ou principal que deverão ser feitos na data indicada na última coluna, sendo que esse montante será utilizado para o pagamento das obrigações. Exclusivamente em relação aos juros remuneratórios que têm data de pagamento prevista para 01 de julho de 2004 (evento não indicado na tabela abaixo), a BENEFICIÁRIA deverá transferir para a CONTA RESERVA DAS DEBÊNTURES, de uma só vez, em 26 de maio de 2004 ou no primeiro dia útil posterior, recursos suficientes para fazer face à integridade desse pagamento.

1ª Transferência (1º 1/3)	2ª Transferência (2º 1/3)	3ª Transferência (3º 1/3)	Data de Pagamento
26.03.2005	26.06.2005	26.09.2005	01.01.2006
26.03.2006	26.06.2006	26.09.2006	01.01.2007
26.03.2007	26.06.2007	26.09.2007	01.01.2008
26.03.2008	26.06.2008	26.09.2008	01.01.2009
26.03.2009	26.06.2009	26.09.2009	01.01.2010
26.03.2010	26.06.2010	26.09.2010	01.01.2011
26.03.2011	26.06.2011	26.09.2011	01.01.2012
26.03.2012	26.06.2012	26.09.2012	01.01.2013
26.03.2013	26.06.2013	26.09.2013	01.01.2014
26.03.2014	26.06.2014	26.09.2014	01.01.2015
26.03.2015	26.06.2015	26.09.2015	01.01.2016
26.03.2016	26.06.2016	26.09.2016	01.01.2017

2ª ATUALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS
MICROFILMADO
27.01.197



CONFEDERAÇÃO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- OSASCO - SP
MICROFILME Nº 8114598

- b) O saldo da CONTA RESERVA DAS DEBÊNTURES, constituída reserva para pagamento de quaisquer quantias devidas pela BENEFICIÁRIA aos DEBENTURISTAS e, ao final de cada período de 12 (doze) meses, será utilizado para o respectivo pagamento.
- c) O saldo da CONTA RESERVA DAS DEBÊNTURES poderá ser aplicado a critério da BENEFICIÁRIA em fundos de investimentos e/ou APLICAÇÕES FINANCEIRAS CONSERVADORAS disponíveis no mercado brasileiro, resgatáveis unicamente na CONTA RESERVA DAS DEBÊNTURES.
- d) Se, na data de amortização e pagamento de juros com relação às DEBÊNTURES, o saldo da CONTA RESERVA DAS DEBÊNTURES for superior ao montante necessário para efetuar tais pagamentos, o excedente poderá ser transferido, a critério da BENEFICIÁRIA, para a CONTA MOVIMENTO. Se, na referida data, tais recursos forem insuficientes para efetuar tais pagamentos, o CONTRATADO fica autorizado a debitar a diferença de imediato na CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS e/ou na CONTA MOVIMENTO, com vistas à complementação daqueles valores.

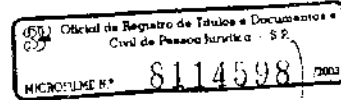
3.2.5 OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA BENEFICIÁRIA

- a) A BENEFICIÁRIA deverá providenciar a reposição dos montantes das CONTAS RESERVAS utilizados nos termos desta Cláusula, assegurando que os saldos mínimos de cada uma das CONTAS RESERVAS acima sejam sempre mantidos.
- b) Caso não se verifique o atendimento às obrigações previstas nas Cláusulas 3.1., 3.2. ou 3.2.5(a) e suas sub-cláusulas, deverá a BENEFICIÁRIA tomar as medidas cabíveis para o restabelecimento das condições ali previstas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação do AGENTE FIDUCIÁRIO, do BANCO LÍDER ou do BNDES, sob pena de o AGENTE FIDUCIÁRIO, os AGENTES FINANCEIROS e/ou o BNDES poderem declarar vencidos antecipadamente os FINANCIAMENTOS.
- c) A BENEFICIÁRIA não poderá ceder, alienar, transferir, vender, alugar, onerar, caucionar, empenhar e/ou por qualquer forma negociar a RECEITA ou os investimentos a ela relativos, sem prévio e expresso consentimento conjunto do AGENTE FIDUCIÁRIO, dos AGENTES FINANCEIROS e do BNDES, sob pena de, em o fazendo, descumprir as obrigações assumidas nos FINANCIAMENTOS, devendo manter em vigor, até a liquidação total dos FINANCIAMENTOS, o presente CONTRATO e/ou quaisquer instrumentos contratuais celebrados com o CONTRATADO, obrigando-se também a não alterar o seu DOMICÍLIO BANCÁRIO.
- d) A CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS e as CONTAS RESERVAS serão movimentadas, exclusivamente, pelo CONTRATADO, através do mecanismo de transferências, observado o disposto no item 4.4, não sendo



[Handwritten signatures and initials]





permitida a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação contra ela.

- e) Na hipótese de haver insuficiência de fundos para o estabelecimento de todos os saldos mínimos de todas as CONTAS RESERVAS, a BENEFICIÁRIA neste ato autoriza o CONTRATADO a transferir os fundos existentes e que venham a ser depositados na CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS e/ou na CONTA MOVIMENTO, nesta última conta mediante comunicação prévia à BENEFICIÁRIA com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, para as CONTAS RESERVAS, na proporção do valor dos créditos dos DEBENTURISTAS, do BNDES e dos AGENTES FINANCEIROS nos termos do CONTRATO DE REPASSE, do CONTRATO DE FINANCIAMENTO DIRETO e da ESCRITURA DE EMISSÃO até o limite do saldo mínimo a ser mantido em tais contas.

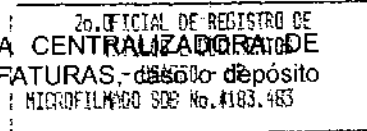


A BENEFICIÁRIA outorga ao CONTRATADO, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, ao BANCO LÍDER e ao BNDES, mandato com poderes especiais, de forma irrevogável e irretroatável, para os fins do disposto nesta Cláusula 3. e subcláusulas, e nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO, o BANCO LÍDER e/ou o BNDES, em conjunto ou isoladamente, instruir o CONTRATADO a bloquear e/ou reter, na data da ocorrência do inadimplemento, até a regularização das obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA nos FINANCIAMENTOS, os recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS, inclusive os que entrarem na data do bloqueio e aqueles depositados a partir de então e transferir tais recursos aos credores das obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA nos FINANCIAMENTOS, bem como resgatar, alienar ou de outra forma dispor dos investimentos efetuados na CONTA-RESERVA e transferir os recursos depositados nas CONTAS RESERVAS aos respectivos credores a que essas estejam vinculadas, em liquidação total ou parcial das dívidas decorrentes dos respectivos FINANCIAMENTOS.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O CONTRATADO aceita o encargo previsto na Cláusula 3.2.5(f), prometendo zelar pelo fiel desempenho do mandato ali conferido.

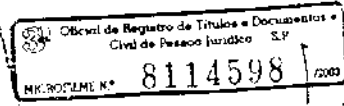
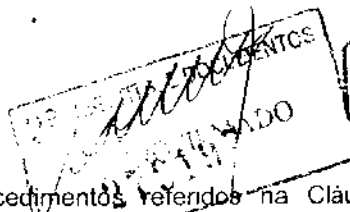
4.2. O CONTRATADO deverá transferir para a CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS todos os recursos oriundos do pagamento das FATURAS, caso o depósito não tenha sido efetuado diretamente na referida conta.



4.3. O CONTRATADO deverá bloquear na data do recebimento de simples correspondência ou via telefax, enviada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pelo BANCO LÍDER ou pelo BNDES, os recursos depositados, bem como os recursos que venham a ser depositados na CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS, até que haja uma contra-ordem destes.

4.4. O CONTRATADO deverá transferir imediatamente para os AGENTES FINANCEIROS, o BNDES e os DEBENTURISTAS, observado quanto aos

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page.



DEBENTURISTAS os procedimentos referidos na Cláusula 5.2., abaixo, mediante Documentos de Ordem de Crédito - DOC's de qualquer espécie ou natureza, ordens de pagamentos, depósitos ou meio de transferência instituído pelo Banco Central do Brasil no âmbito do Sistema Brasileiro de Pagamentos ou, ainda, conforme estabelecido na ESCRITURA DE EMISSÃO, os recursos depositados e os recursos que venham a ser depositados na CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS e nas respectivas CONTAS DE RESERVA, no montante necessário ao pagamento das obrigações nas respectivas datas de vencimento.

4.5. Ressalvadas as obrigações assumidas neste CONTRATO, o CONTRATADO fica, desde já, isento de quaisquer responsabilidades pelo cumprimento das obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA, exceto as decorrentes de sua atuação como administrador de recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS e dos transferidos para as CONTAS RESERVAS, na forma expressamente acordada neste CONTRATO.

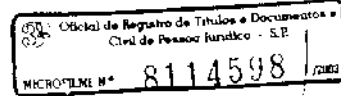
4.6. O CONTRATADO, desde já, expressamente autorizado pela BENEFICIÁRIA, deverá franquear, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, ao BANCO LÍDER e ao BNDES, acesso a todos os registros e movimentações (crédito/débito) referentes à CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS, à CONTA MOVIMENTO e às CONTAS RESERVAS. O CONTRATADO deverá informar imediatamente ao AGENTE FIDUCIÁRIO, ao BANCO LÍDER e ao BNDES, qualquer alteração relevante e permanente nos níveis de movimentação da CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS, bem como qualquer insuficiência nos saldos das CONTAS RESERVAS e/ou da CONTA MOVIMENTO, até a final liquidação das obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA nos FINANCIAMENTOS.

4.7. O CONTRATADO fica obrigado a emitir e enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO, aos AGENTES FINANCEIROS e ao BNDES, no dia 10 (dez) dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, extrato com toda a movimentação da CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS e das CONTAS RESERVAS, referente aos 90 (noventa) dias anteriores a data de emissão do extrato.

5. OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DO BANCO LÍDER E DO BNDES

5.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO, o BANCO LÍDER e o BNDES aceitam o encargo previsto na Cláusula 3.2.5(f), prometendo zelar pelo fiel desempenho do mandato ali conferido.

5.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO, o BANCO LÍDER e o BNDES deverão comunicar por escrito, através de simples correspondência ou telefax ao CONTRATADO a determinação de bloqueio da CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS e a solicitação de transferência dos recursos existentes nesta conta e na respectiva CONTA RESERVA, indicando na notificação o valor em reais, a data em que os recursos deverão ser transferidos para as contas bancárias (a serem informadas) i) do BNDES; ii) dos AGENTES FINANCEIROS, estes proporcionalmente ao crédito de cada um, conforme estabelecido no Contrato de Consórcio por eles celebrado; e iii) dos DEBENTURISTAS, sendo que quanto a estes (a) deverão ser utilizados os procedimentos adotados pelo Sistema Nacional de Debêntures, operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e



- 11 -

de Liquidação Financeira de Títulos; ou pelo Sistema Bovespa FIX, administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa e custodiado na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, ou (b) os pagamentos deverão ser feitos na sede da BENEFICIÁRIA, na hipótese do DEBENTURISTA não estar vinculado ao sistema de debêntures; ou (c) através da instituição financeira contratada para esse fim.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O CONTRATO terá vigência a partir da sua assinatura até final liquidação de todas as obrigações da BENEFICIÁRIA decorrentes dos FINANCIAMENTOS.

6.2. A BENEFICIÁRIA e o CONTRATADO assumem responsabilidade pela guarda de todos os documentos, livros, arquivos, inclusive eletrônicos e/ou listagens correspondentes à RECEITA, obrigando-se a entregar ao AGENTE FIDUCIÁRIO, ao BANCO LÍDER ou ao BNDES, quando solicitado, cópias desses documentos, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, mediante simples solicitação por escrito.

6.3. Salvo em caso das prioridades referidas em lei, os AGENTES FINANCEIROS, o BNDES, os DEBENTURISTAS e o AGENTE FIDUCIÁRIO têm prioridade sobre qualquer credor quanto aos recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS e nas respectivas CONTAS RESERVAS.

6.4. Imediatamente após a celebração do presente CONTRATO, a BENEFICIÁRIA tomará todas as providências necessárias para registrá-lo nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Salvador, Osasco, São Paulo e Rio de Janeiro, arcando com todos os custos e despesas aplicáveis. A BENEFICIÁRIA se obriga também a registrar nos cartórios competentes todo e qualquer aditivo a ser celebrado nos termos deste Contrato. A BENEFICIÁRIA fornecerá, ao CONTRATADO, documentos comprobatórios do registro deste CONTRATO dentro de até 20 (vinte) dias contados da presente data ou da celebração de qualquer aditivo, conforme o caso.

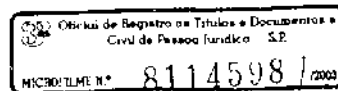
6.5. Todas as despesas decorrentes dos serviços a serem prestados pelo CONTRATADO, incluindo a manutenção da CONTA CENTRALIZADORA DE RECEITAS, das CONTAS RESERVAS e da CONTA MOVIMENTO, bem como aquelas relativas ao registro deste CONTRATO, ficarão por conta da BENEFICIÁRIA, incluindo a remuneração a que o CONTRATADO fará jus pela prestação dos serviços objeto deste CONTRATO, a qual foi prevista em instrumento celebrado em 14 de novembro de 2001 entre a BENEFICIÁRIA e o CONTRATADO.

6.6. A renúncia por qualquer das partes, relativamente ao exercício de qualquer direito atribuído neste CONTRATO e nos FINANCIAMENTOS, somente produzirá efeitos quando manifestada por escrito. Nenhuma tolerância, atraso ou indulgência de qualquer das partes em fazer cumprir qualquer dispositivo deste CONTRATO prejudicará ou restringirá os direitos de tal parte, nem tampouco a impedirá de exercer tais direitos ou quaisquer outros no momento oportuno.

6.7. Sem prejuízo das declarações e garantias prestadas nos FINANCIAMENTOS, a BENEFICIÁRIA declara e garante que:

[Handwritten signatures and stamps]

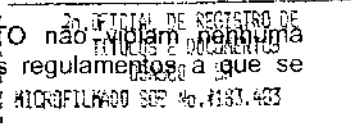




- 12 -

6.7.1. está autorizada, nos termos da lei e de seu Estatuto Social, a cumprir as disposições deste CONTRATO;

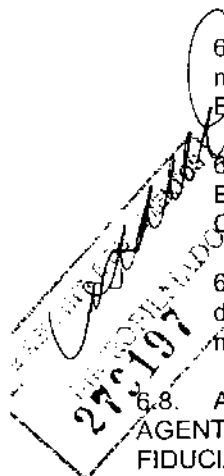
6.7.2. a celebração e a execução deste CONTRATO não violam nenhuma disposição de seu Estatuto Social ou das leis e dos regulamentos a que se submete;



6.7.3. a utilização da RECEITA, para os fins contemplados neste CONTRATO, não infringe ou viola qualquer disposição ou cláusula contida em avença de que a BENEFICIÁRIA seja parte;

6.7.4. não existe nenhum impedimento legal contido em avenças de que a BENEFICIÁRIA seja parte que vede a outorga dos mandatos previstos neste CONTRATO;

6.7.5. a RECEITA está livre de quaisquer ônus, dúvidas, dívidas e/ou gravames de qualquer natureza, respondendo exclusivamente pelas obrigações assumidas nos FINANCIAMENTOS.



6.8. A BENEFICIÁRIA fica responsável por todos e quaisquer prejuízos causados aos AGENTES FINANCEIROS, ao BNDES, aos DEBENTURISTAS e ao AGENTE FIDUCIÁRIO que decorram da inveracidade ou inexatidão das declarações aqui prestadas.

6.9. Na hipótese de inadimplemento das obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA em qualquer um dos FINANCIAMENTOS, as medidas extrajudiciais ou judiciais a serem tomadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pelos AGENTES FINANCEIROS e/ou pelo BNDES, independem do consentimento de qualquer um deles para com o outro. Cada uma das CONTAS RESERVAS se relaciona exclusivamente com o pagamento das obrigações decorrentes do CONTRATO DE REPASSE, do CONTRATO DE FINANCIAMENTO DIRETO ou da ESCRITURA DE EMISSÃO, conforme referido na definição de cada uma das CONTAS RESERVAS dada na Cláusula 1.1 acima.

6.10. Este CONTRATO é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, podendo, apenas, ser alterado através de aditivo, mediante prévia aprovação conjunta do AGENTE FIDUCIÁRIO, dos AGENTES FINANCEIROS e do BNDES, devidamente assinado pelas partes identificadas no preâmbulo deste CONTRATO.

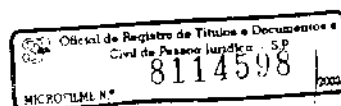
7. COMUNICAÇÃO

7.1. Exceto conforme previsto nas Cláusulas 4.3 e 5.2, toda e qualquer comunicação e/ou correspondência a ser trocada entre as partes, relativamente aos FINANCIAMENTOS e a este CONTRATO, deverá ser transmitida por meio de carta registrada encaminhada para os seguintes endereços:

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Endereço: Rua do Tesouro, 47, 3º andar, São Paulo, SP, 01013-020

Atenção: Setor de Debêntures



- 13 -

Telefax: (11) 3105-4368
Telefone: (11) 3107-3401

Para o BANCO LÍDER:
Endereço: Setor Bancário Sul, Edifício Sede III, 6º andar, Brasília, DF, 70070-140
Atenção: Diretoria Comercial
Telefax: (61) 310-2871
Telefone: (61) 310-5353

Para o BNDES:
Endereço: Rua República do Chile, nº 100 - Rio de Janeiro, RJ, 20139-900
Atenção: Superintendente da Área de Infra-Estrutura.

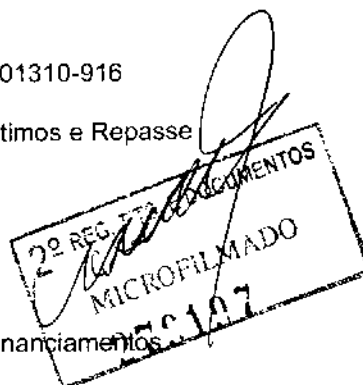
Para a BENEFICIÁRIA:
Endereço: Avenida Edgard Santos, nº 300, Bloco A4, 1º andar, Salvador, BA, 41186-900
Atenção: Diretoria Financeira
Telefone: (71) 370-5357
Telefax: (71) 370-5424

Para o CONTRATADO:

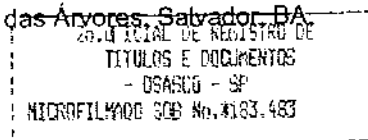
BANCO DO BRASIL S.A.
Endereço: - Setor Bancário Sul, Edifício Sede III, 6º andar, Brasília, DF, 70070-140
Atenção: Diretoria Comercial
Telefax: (61) 310-2871
Telefone: (61) 310-5353

Para o BANCO ABN AMRO Real:
Av. Paulista, 1374, 7º andar, São Paulo, SP, 01310-916
Fax nº: (11) 3174-7086 ou 7087
Atenção: Departamento Gerência de Empréstimos e Repasse

Para o BANCO BRADESCO S.A.:
Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara,
Prédio Novíssimo, 2º andar
Osasco, SP, 06029-900
Fax nº: (11) 3684-2412
Atenção: Departamento de Empréstimos e Financiamentos



Para o BANCO ITAÚ S.A.:
Av. Tancredo Neves, nº 1.186, Ed. Catabas Center, Caminho das Árvore, Salvador, BA,
41820-020.
Fax nº: (71) 342-5931
Atenção: Área Comercial Itaú BBA

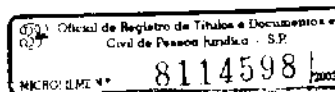


Para o BANCO BNL:
Av. Rio Branco, nº 1, 15º andar, grupo 1.511, Rio de Janeiro, RJ, 20090-003
Fax nº: (21) 2518-1613
Atenção: Diretoria Comercial



[Handwritten signatures and initials]





8. **FORO** Fica eleito o foro da Comarca da capital do Estado do Rio de Janeiro como o competente para dirimir qualquer dúvida ou questão decorrente deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As folhas do presente Instrumento são rubricadas por João Guilherme C. Duprat Avellar, advogado do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 9 (nove) vias de igual teor e forma perante 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2003.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 02.397.080/0001-96

CONTRATADO:

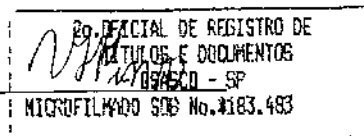
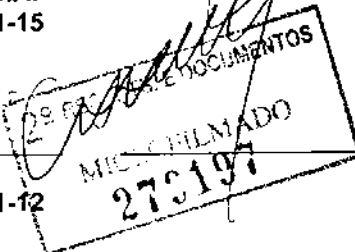
BANCO DO BRASIL S.A.
CNPJ/MF nº 00.000.000/3723-07

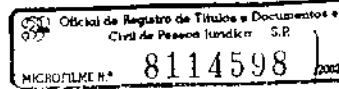
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
CNPJ/MF nº 33.657.248/0001-89

DARC COSTA
Vice-Presidente

BANCO ABN AMRO REAL S.A.
CNPJ/MF nº 33.066.408/0001-15

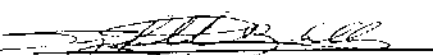
BANCO BRADESCO S.A.
CNPJ/MF nº 60.746.948/0001-12

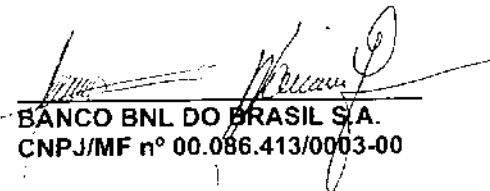




15.

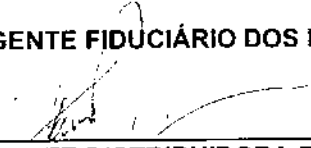
Contrato de Administração de Contas – Continuação da folha de assinaturas


BANCO ITAU S.A.
CNPJ/MF nº 60.701.190/0001-04


BANCO BNL DO BRASIL S.A.
CNPJ/MF nº 00.086.413/0003-00

2º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- OSAGO - SP
MICROFILMADO SOB Nº. 1103.483

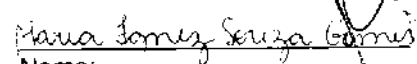
AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS:

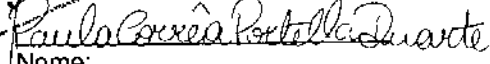

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ/MF nº 62.090.873/0001-90

INTERVENIENTE-ANUENTE:


COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA
CNPJ/MF nº 15.139.629/0001-94

TESTEMUNHAS:


Nome:
RG: 419.942.70-4
CPF: 088.865.677-32


Nome:
RG: 11661738-6
CPF: 091157087-05

